

Proposta de indicadores de sustentabilidade para o turismo rural na agricultura familiar

Tatiana Moritz¹
Augusto Carlos de Carvalho Teixeira
Sergio Marques Junior²

Resumo: O presente trabalho enfoca que o turismo rural na agricultura familiar deve ser realizado de forma apropriada, com base nas premissas do desenvolvimento sustentável, a fim de introduzir uma fonte de renda não-agrícola às comunidades, sem que esta interfira nas bases econômicas tradicionais. Com isso, este trabalho objetiva propor um modelo de indicadores para implantação do turismo no ambiente de produção rural, como mecanismo complementar ao desenvolvimento sustentável na agricultura familiar. Os indicadores estabelecidos foram fundamentados na proposta da Organização Mundial de Turismo e do Programa do Turismo Rural na Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário. A proposta visa a contribuir para a construção de novos estudos referentes a essa segmentação turística, visto a insuficiência em informações recentes sobre o assunto.

Palavras-chave: Agricultura familiar. Turismo rural. Desenvolvimento Sustentável.

Introdução

A diversificação das atividades econômicas no meio rural não é um fenômeno inteiramente novo. As matrizes teóricas que evidenciam a dicotomia entre o rural e o urbano têm perdido sentido na medida em que novas atividades, muitas das quais não-agrícolas, ganham projeção e redefinem os diversos espaços rurais.

Essa nova realidade é derivada do modelo de desenvolvimento preconizado pelo Estado brasileiro, após a segunda guerra mundial, que privilegiou a industrialização e a litoralização da concentração populacional; o que provocou o esvaziamento de pessoas do

¹ Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. E-mail: tatiana@digizap.com.br

² Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN. E-mail: sergio@ct.ufrn.br

interior rural como também de atividades. De certo modo responde a insustentabilidade dessa urbanização não planejada (SILVA, 1998).

Percebe-se que na maioria dos territórios rurais brasileiros, a diversificação das atividades depara-se com as características sócio-econômicos e naturais, com a crise de alguns dos sistemas agrários, e com os novos desafios como: a proteção ambiental, da paisagem e dos modos de vida; a valorização da especificidade dos produtos tradicionais; o desejo de fixação e atração de pessoas; o esforço de revitalização da economia local.

Nesse cenário, o recente processo de Reforma agrária se concentrou apenas na conquista e posse da terra. Tendo sido, portanto, uma política parcial que tangencia às questões agrárias. Há uma tendência de mudança desse quadro, pois se tem tornado unanimidade que o processo de reforma agrária reúne uma complexidade enorme de aspectos que vão desde a posse da terra ao processo de sustentabilidade, que passa necessariamente pela assessoria técnica extencionista (INCRA, 2004).

Os projetos de assentamento nacionais possuem muitas limitações. Os do Rio Grande do Norte, incluindo o Projeto de Assentamento Timbó no município de Espírito Santo/RN, não são exceções. Limitações que vão da ausência e/ou deficiência dos serviços sociais básicos, passando pelas muitas faltas: da consciência da cidadania, de participação, de capacitação, pela fragilidade dos ecossistemas (INCRA/THECNE, 2006).

Perante um quadro como esse, diagnosticar e planejar uma realidade local é de fundamental importância. É o passo inicial para o desenvolvimento, um desenvolvimento que se deseja sustentável. Afinal, não se pode desejar o bem-estar de um determinado grupo populacional, sem pensar nos fatores nos quais ele está inserido, ou seja, econômico, sócio-cultural e ambiental. Também, é preciso que ele participe das decisões que vão lhe dizer direto interesse, que seja ativa no processo, tenha liberdade de expressar suas expectativas e opções, de forma que os benefícios que daí venha, possam ser tanto distribuídos quanto usufruídos.

Logo, o presente trabalho tem por objetivo propor um modelo de indicadores de sustentabilidade para o turismo rural, com base na agricultura familiar, com o intuito de minimizar os impactos provenientes do desenvolvimento da atividade turística no meio rural.

Turismo e Sustentabilidade

O Turismo, importante mecanismo de transformação econômica, cultural e social, acompanha os contingentes das mudanças humanas. Quando devidamente planejado, através de uma implantação que vise não somente o fator financeiro, mas também a sustentabilidade na perspectiva holística.

No entanto, a feição fragmentada da sociedade atual torna pouco precisa a definição de turismo. Entende-se que a atividade turística é uma complexa teia de relações sociais, econômicas, políticas e ambientais. Movimenta de maneira crescente um grande volume de pessoas e de recursos financeiros. As fronteiras geográficas tornam-se cada vez menos importantes como fatores limitantes a essa atividade.

Em consequência disso, não são desprezíveis os efeitos múltiplos e complexos causados no meio. É fundamental entender que esses efeitos positivos e negativos não são uniformes nos espaços de ocorrência dessa atividade.

Atualmente a atividade turística se destaca como um dos principais setores da economia mundial. Em 2007 o Brasil bateu seu record na atividade turística segundo o Banco Central, no que concerne à entrada de divisas por turistas estrangeiros, US\$ 4,956 bilhões recebidos com o negócio turístico. (BRASIL, 2008) No entanto, o turismo não pode ser analisado apenas com uma visão economicista. Deve levar em consideração aspectos sociais e ambientais tendo como parâmetro os princípios da sustentabilidade que prevêm o planejamento de curto, médio e longo prazo como principal ferramenta capaz de garantir recursos para a manutenção das gerações futuras.

Através da análise da relação do homem com a natureza, baseadas nas atividades econômicas, tanto mundiais quanto nacionais, percebe-se que o desenvolvimento sócio-econômico e a expansão da sociedade humana são praticamente inevitáveis. Portanto, o que se tem a fazer é aprender e ensinar a promover o desenvolvimento sustentável, através de pequenos projetos tanto em comunidades locais como em grandes pólos industriais e centros urbanos.

Cumprе frisar que o termo desenvolvimento sustentável foi popularizado em 1987, com a conclusão do relatório “Nosso Futuro comum” pela comissão de Brundtland. No entanto, em 1988, a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento

(CMMAD) propõe um novo conceito para o desenvolvimento sustentável, mais sucinto e completo, que o retrata como sendo “aquele que atente as necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das gerações futuras de atenderem as suas próprias necessidades” (*apud* Barbieri, 2003). Todavia, as discussões recentes acerca do tema, trazem a idéia de que o desenvolvimento sustentável deve estar calcado em três pilares norteadores: a equidade social, o desenvolvimento econômico e a preservação de áreas ambientais.

Na atividade turística, o desenvolvimento sustentável preocupa-se com o impacto causado aos ecossistemas, valoriza os aspectos histórico-culturais do local e utiliza recursos naturais e mão-de-obra da região para a realização de projetos relacionados ao meio-ambiente, promovendo benefícios à comunidade local e ao investidor, como por exemplo: preservação do meio ambiente, preservação da cultura local, maior envolvimento da comunidade e diminuição do uso de recursos naturais não renováveis.

Nesse contexto, turismo sustentável pode ser definido como aquele que é desenvolvido e mantido em uma área (comunidade, ambiente) de modo que, em uma certa escala, mantenha-se viável por um espaço de tempo maior, sem degradar ou alterar o meio ambiente que está sendo utilizado (natural e cultura), não interferindo no desenvolvimento de outras atividades, nem degradando a qualidade de vida da população local, servindo de base para uma diversificação da economia local. (WALL, 1997).

Sendo assim, a política de desenvolvimento sustentável no turismo promove uma série de benefícios para a comunidade local e para o investidor. Dentre os maiores benefícios, pode-se destacar a preservação do meio-ambiente, dos aspectos culturais locais, maior envolvimento com a população e conseqüentemente maior aceitação do projeto turístico pela comunidade e a diminuição da utilização de recursos naturais esgotáveis, além da economia em energia, água e outros recursos.

Turismo rural na agricultura familiar: concepções e desafios

Na medida em que se criam novos espaços receptivos ao turismo, impõe-se uma pressão maior de planejamento e de arranjos institucionais que priorizem a participação qualificada do estado, das empresas e das comunidades que recebem os visitantes. Essa perspectiva impõe sempre um equilíbrio difícil em que de um lado encontram-se os visitantes

e do outro a necessidade de se proteger o patrimônio cultural e ambiental nos quais estão inseridas as populações locais (RUSCHMANN, 2002).

Nesta perspectiva, aparece o turismo no meio rural, por interesse em se retornar ao espaço rural devido à nova realidade da relação cidade-campo, em que propicia ao turista, em sua maioria, urbanos, um contato com a natureza e a cultura do campo tão pouco encontrado nas grandes e médias cidades. Contudo, esta busca deve acontecer mediante a um planejamento prévio, buscando novas alternativas produtivas que viabilizem a reprodução e manutenção do homem no campo, oferecendo um nível vida que justifique sua permanência neste espaço. Assim o turismo rural se apresenta como uma nova alternativa produtiva no meio rural sendo um caminho de complementação da renda familiar e introduzindo o setor de serviços interno à propriedade rural.

Este segmento da atividade turística surge em meados dos anos 70, apresentando-se como “um conjunto de atividades desenvolvidas no meio rural, comprometido com a produção agropecuária, agregando valor e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade”³. No Brasil, o início desta atividade ocorre na década de 80 na cidade de Lages, no interior do Estado de Santa Catarina. Nos anos 90, amplia-se tal modalidade em âmbito nacional, após a análise e comprovação do sucesso, sendo visto como fonte de renda alternativa, como valorização dos recursos naturais e culturais além da promoção do desenvolvimento sócio-econômico junto às propriedades rurais e sua comunidade local.

Assim, o turismo no espaço rural ajuda na minimização das dificuldades vivida pelos trabalhadores rurais, principalmente nas áreas afetadas pela chamada crise da agricultura e da mineração, que provoca no produtor rural a busca de uma nova alternativa de atividade no meio tratado, principalmente nas atividades que incluem a mão-de-obra local em atividades não agrícolas, que vem crescendo segundo os últimos censos do IBGE, com o intuito de produzir mercado para os produtos tradicionais rurais, como nova alternativa de renda.

Entretanto, para que se possa oferecer um produto que atenda o perfil do consumidor do turismo rural, é necessário que o mesmo obedeça a princípios como o atendimento familiar e preservação das raízes, harmonia e sustentabilidade ambientais, autenticidade e manutenção

²Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Rural, 2003, p.7.

da identidade, qualidade do produto e envolvimento da comunidade local. (ZIMMERMANN apud ALMEIDA, FROEHLICH, RIEDL, 2004).

Neste Contexto, o turismo rural apresenta uma gama diversa de modalidades, não estando limitado a um só tipo de atividade. Também não deve ser encarado como substituto da produção tradicional no campo, mas sim servir como um incremento de opções produtivas, complementando a renda dentro da agricultura familiar.

O turismo rural vem se apresentando cada vez mais como um complemento de renda aos agricultores familiares inseridos no contexto de mudança do rural brasileiro, diante do modelo de desenvolvimento vigente. A importância dessa temática é percebida não só pela sua crescente presença nos eventos científicos internacionais e nacionais, que abordam as novas dinâmicas rurais, como também pelos que defendem a diversificação e interiorização do turismo, enquanto uma das estratégias de desenvolvimento e integração inter-regional.

Tal preocupação nasce historicamente pela falta de perspectiva na agricultura, com a mecanização da lavoura, a utilização de insumos agrícolas industrializados e seleção de sementes, voltada especialmente para a exportação, o que amiudadamente tem diminuído a sustentabilidade das pequenas propriedades, culminando com um processo longo de êxodo que acabou por inverter a distribuição populacional entre o rural e o urbano. (NIEHUES, 2006).

A carência de políticas públicas e a importância cada vez menor, da agricultura na ocupação produtiva, colocaram o agricultor familiar em situação de extrema paralisia econômica. Nesse sentido, a busca por atividades complementares à produção agropecuária apresentou-se como uma das estratégias desses agricultores para garantirem sua reprodução social. Novas funções econômicas passaram a desenhar o cenário rural na medida em que a noção de ruralidade incorporou a preservação do meio natural, constituindo-se na utilização de práticas relacionadas às atividades não-agrícolas, como o turismo rural sugerida neste projeto.

Surge, então, o turismo rural na agricultura familiar, através dos primeiros projetos de assistência e extensão rural no início da década da 1990, pelo Programa do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF. Desde então, agricultores familiares usaram a idéia do turismo através de atividades ligadas ao lazer, cultura a venda de

artefatos locais e inclusive técnicas utilizadas na produção de produtos típicos regionais, propiciando uma fonte complementar na renda familiar.

Sendo assim, o Programa de Turismo Rural na Agricultura Familiar entende esta segmentação do turismo, como uma atividade turística que acontece na unidade de produção dos agricultores familiares sem sobrepor suas atividades econômicas tradicionais, estando os proprietários, dispostos a valorizar, respeitar e compartilhar seu modo de vida, o patrimônio cultural e natural existente, através da oferta de produtos e serviços de qualidade e proporcionando bem estar a todos os envolvidos.

Com o intuito de melhor desenvolver o turismo rural na agricultura familiar no Brasil, foi criada a Rede de Turismo Rural na Agricultura Familiar - Rede TRAF como resultado da articulação de técnicos, instituições e representações de agricultores. Este programa objetiva estabelecer ações de sustentabilidade mediante a implantação e fortalecimento das atividades turísticas pelos agricultores familiares, integrado aos arranjos produtivos locais, agregando renda e gerando postos de trabalho no meio rural, com conseqüente melhoria das condições de vida.

Modelo de indicadores de sustentabilidade para agricultura familiar

Desde a década de 1960, o movimento em torno das questões ambientais se tornou imperativo diante de muitos anos de crescimento econômico mundial acelerado. Como contraponto a isso, o novo paradigma do desenvolvimento baseado em princípios da sustentabilidade requer que simultaneamente, se garanta: equidade social, prudência ecológica e eficiência econômica, de acordo com Sachs (1993).

Os princípios do turismo sustentável, que surgiu durante a Convenção e a Declaração de Manila de 1980, sinalizam para a disseminação não conflituosa do desenvolvimento do turismo em que a satisfação dos turistas não pode ser conquistada a custo de um processo de alienação e depreciação da qualidade de vida dos povos anfitriões, além da necessidade de se preservar o patrimônio turístico nacional e internacional.

O crescimento das atividades ligadas ao turismo coincide com esse processo de preocupação com os efeitos da industrialização, muito embora, o desdobramento das

atividades econômicas do turismo tenha sido no sentido de afirmar a produção em massa fordista.

Durante muito tempo a atividade turística foi considerada como um tipo de intervenção econômica não poluente, servindo muitas vezes como exemplo para o grande número de outras atividades industriais extremamente depredadoras do meio ambiente. No entanto, paulatinamente, esse raciocínio tem sido substituído por uma nova compreensão em que a necessidade de planejamento e o acompanhamento das atividades turísticas passaram a ser efetivas no sentido de se garantir a qualidade e o bem-estar social (DIAS, 2003).

Desde a década de 1990, tem surgido um grande número de autores que vem tratando como imprescindível à questão da sustentabilidade das atividades turísticas, em função da tendência a grande diversificação e expansão em novos territórios, especialmente, em regiões rurais.

Estando o Brasil inserido nesse processo, torna-se profundamente relevante a preocupação e o acompanhamento dos modelos de desenvolvimento do turismo nacional e local. A interiorização do turismo tem inaugurado uma tendência importante, entretanto, muito contraditória, onde se percebe que de um lado há a necessidade de expansão do capital e do outro lado, há um crescente interesse na inclusão de comunidades rurais no processo de desenvolvimento do turismo. Valores como a fuga do cotidiano e do turismo de “sol e mar” tem sido fatores que impulsionam isso. Assim, alguns movimentos de resgate da natureza e da construção de novos espaços receptivos são observados em vários territórios rurais.

Nos dias atuais, já se torna possível averiguar ações de fomento ao turismo rural em diversos municípios brasileiros, sejam elas de forma organizada ou não. Fato este preocupante, pois quando uma ação ocorre de forma não-estruturada pode causar riscos potenciais aos produtores rurais, principalmente àqueles que, por falta de preparo, deixam suas atividades primárias para se dedicarem à prestação de serviço turístico. Portanto, esta busca incessante pelo turismo rural como alternativa ao desenvolvimento econômico, preconiza o repensar acerca dos modelos e processos então propostos à luz dos pressupostos do desenvolvimento sustentável.

Conforme análise feita por Mattei (*apud* PORTUGUES et al, 2006), o turismo na agricultura familiar retrata uma situação muito mais complexa que o turismo rural no âmbito geral, sendo necessário destacar as potencialidades da atividade e os limites observados. Entre

as potencialidades estão o fomento da permanência dos membros da família na unidade de produção; diminuir o isolamento dos agricultores auxiliando na integração entre os membros das comunidades; a variedade de produtos e serviços ofertados; e diversidade de experiências.

No que concerne aos limites do desenvolvimento do turismo na agricultura familiar, pode-se elencar as condições dos agricultores familiares; a localização geográfica dos empreendimentos; a demanda turística (sazonalidade e pólo emissor); a geração de emprego potencial é relativamente pequeno, restringindo-se às famílias que aderem ao novo negócio; a geração não é capaz de interferir de forma efetiva na dinâmica da renda familiar.

Portanto, alerta-se para o fato de que o turismo rural na agricultura familiar possa ter uma menor importância econômica direta (geração de emprego e renda) e apresentar uma maior significância no âmbito sócio-cultural (valorização da cultura e hábitos, da trajetória histórica e dos recursos naturais). Fatores estes, que são igualmente respeitáveis quando se busca uma maior coesão social das comunidades de agricultores familiares.

Tais fatores, que diferenciam esse espaço, se trabalhados dentro de uma perspectiva sustentável, incorrem diretamente na melhoria da qualidade de vida do pequeno produtor rural que ali reside e trabalha. Observa-se assim a importância desse projeto, tanto no âmbito social, quanto econômico e ambiental sendo organizado de forma a estar relacionado diretamente com o debate do desenvolvimento sustentável aliado aos conceitos de educação e preservação ambiental, valorizando o ambiente natural e a cultura local, resgatando o regionalismo, permitindo desta forma a integração do visitante com o meio rural.

Nesse aspecto, a construção dos indicadores descritos a seguir, é impulsionada pela formulação de uma proposta que estabeleça mecanismos sustentáveis de desenvolvimento do turismo rural. Esta, por sua vez, representa uma forma de colaborar com o planejamento local, e, por fim é uma resposta a demanda dos agricultores familiares. Trata-se de um modelo de mensuração dos potenciais turísticos do local, orientado por indicadores do desenvolvimento sustentável proposto pela OMT e pelo Programa do Turismo Rural na Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário, bem como pelo Inventário turístico no meio rural proposto por Salles (2006).

Os princípios do turismo sustentável são convergentes e expõem uma preocupação no desenvolvimento de atividades do turismo e lazer, respeitando o patrimônio cultural e histórico dos moradores, assim como recomendando limites para que as atividades ali

empreendidas sirvam como complementação da renda, preservação do ambiente e valorização do espaço local.

Modelo Proposto de Indicadores de Sustentabilidade

Quadro 1: Proposta de Indicadores de sustentabilidade e da agricultura familiar

Eixo	Indicador	Medidas propostas
Ambiental	Proteção do lugar	Baseado no Índice UICN – União Internacional para Proteção do Lugar.
	Gestão de resíduos	Recolhimento e destinação do lixo, porcentagem de águas residuais, abastecimento de água.
	Eossistemas críticos	Número de espécies raras em perigo.
	Controle do desenvolvimento	Existência de procedimento de revisão ambiental ou controles formais do desenvolvimento do lugar e densidades do uso.
Social	Pressão	N. de turistas que visitam o lugar (por ano/mês/afluência máxima)
	Intensidade no uso	Intensidade do uso na alta temporada (número de pessoas por hectare)
	Impacto social	Relação entre turistas e residentes
	Nível de satisfação da população local	Nível de satisfação da população local (baseado em entrevista)
	Recursos humanos	Avaliação das características e habilidades dos assentados
Econômico	Atividades econômicas	Fazer um levantamento das atividades desenvolvidas, tanto de natureza agrícolas como não-agrícolas.
Político e Organizacional	Associativismo/cooperativismo	Entender o nível de organização social local.
	Processo de Planificação	Existência de planos metódicos organizados para a região de destino turístico.

Indicadores compostos	Capacidade de Carga	Medidas para fins de alarme antecipado, relativa aos fatores-chaves que afetam a capacidade do lugar para diferentes níveis de turismo.
	Pressão do lugar	Medida de níveis de impacto sobre o lugar (seus atributos naturais e culturais devidos ao turismo e outras pressões acumulativas do setor).
	Atração	Avaliação qualitativa dos atributos do lugar que tornam atrativo para o turismo e que podem mudar com o tempo, especialmente, no que diz respeito à agricultura familiar.
	Satisfação do turista	Nível de satisfação do visitante (baseado em entrevistas)

Fonte: compilação baseadas na OMT (1996) e BRASIL (2006)

No **Quadro 1** estão explicitados os indicadores em quatro eixos: ambiental; social; político, econômico e organizacional e, por último, os indicadores compostos. Nesse hall de indicadores está a preocupação em entender todos os aspectos que envolvem a relação da comunidade com o seu ambiente, assim como os fatores que podem oferecer maior ou menor resistência na construção do turismo rural, especialmente, do ecoturismo.

A questão ambiental, sendo um fator transversal em muitos indicadores, reflete que esse eixo é fundamental na construção da perspectiva do turismo rural sustentável. Ele não se restringe apenas ao quesito do turismo, mas interfere nos outros processos sociais, cuja noção de interdependência por parte da comunidade evidencia um nível maior ou menor de bem-estar social.

Ainda de acordo com o **Quadro 1**, outra preocupação diz respeito à afirmação das identidades individuais e coletivas, o que permite maior autonomia dos assentados, um dos aspectos mais relevantes da sustentabilidade do turismo rural na agricultura familiar. A participação dos próprios agricultores durante todas as etapas da pesquisa é condição para que esse processo possa contribuir de forma efetiva na preservação dos sinais emitidos pela comunidade. Também nesse item, investiga-se o grau de participação dos indivíduos nos mais diversos espaços públicos locais, assim, os resultados devem evidenciar se os processos de tomada de decisão retratam ou não amadurecimento político.

Ainda de acordo com os indicadores do **Quadro 1** percebe-se algumas preocupações, tanto com os aspectos de sustentabilidade, como em definir o marco específico do turismo rural na agricultura familiar. Sendo a agricultura familiar uma ótica ainda nova de abordagem, enquanto categoria teórica, mas socialmente muito importante nos espaços rurais, evidencia-se como ainda mais recente as análises não-agrícolas, como é o caso do turismo nas áreas de ocorrência da agricultura familiar. A construção do inventário a partir desses indicadores é relevante não só para a compreensão com clareza o panorama do turismo atual na comunidade, como também serve para planejar e aprimorar o nível de intervenção privado e público. Outro fator conseqüente desses indicadores refere-se ao aprimoramento dessa ferramenta como forma de entender outros espaços com potenciais turísticos em que existam agricultores familiares, pescadores, quilombolas e outras comunidades rurais tradicionais.

Por fim, as reflexões extraídas a partir dos indicadores devem levar a uma constante preocupação de que os impactos provenientes da atividade turística, se previstos adequadamente, devem repercutir minimamente sobre a identidade cultural da comunidade, que deve ser preservada, ou, se for o caso, resgatada. O turismo em áreas onde há forte presença da agricultura familiar tem que atentar para o fato de que as atividades não-agrícolas devem complementar as atividades agrícolas desenvolvidas historicamente nesse espaço. Nesse sentido, o turismo não pode ser abordado como um processo substituto daquilo que forjou e mantém dada sociedade, mas como algo novo que incorpora os processos sociais anteriores e os potencializa.

Considerações Finais

Diante do exposto, pode-se inferir que a atividade do Turismo Rural na Agricultura Familiar vem se destacando como alternativa viável para fortalecer o desenvolvimento local, e principalmente interiorizar a atividade turística. Esta ramificação do turismo rural tem especificidades que vão além da questão econômica, é uma atividade de grande potencial de inserção de faixas da população comumente pouco expressivas na composição da renda familiar, como idosos, jovens e mulheres.

Diante desse cenário, surgem questionamentos acerca da sustentabilidade da propriedade rural, pois o anseio dos agricultores familiares em atuar no turismo pode

ocasionar efeitos negativos potenciais, pela falta de informação sobre os riscos e benefícios da atividade turística, pela falta de capacitação para atuar no setor, e pela ausência de políticas públicas específicas favoráveis a esta segmentação.

Portanto, a precariedade de análises qualitativas no que se refere às potencialidades do turismo rural como indutor do desenvolvimento sustentável na agricultura familiar, impulsionou o estabelecimento de indicadores de sustentabilidade afim de que o turismo não se torne um consumidor intensivo do território rural e sim, venha a contribuir para melhoria da qualidade de vida do homem no campo.

Referências

- HAWKINS, Donald E. (edits). **Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão**. 2.ed. São Paulo: SENAC, 1999.
- BRASIL. Lei federal 11.326: Estabelece as diretrizes para a Agricultura Familiar e empreendimentos Familiares Rurais. 24 de julho de 2006.
- _____. **II Plano nacional de reforma agrária**. Brasília/DF: INCRA, 2004.
- _____. **Plano regional de reforma agrária: 2003/06**. Natal/RN: INCRA-RN, 2004.
- _____. Ministério do Turismo. **Receitas de gastos de turistas estrangeiros até abril superam US\$ 2 bilhões**. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/> Acesso em 26 mai de 2008.
- DIAS, Reinaldo. **Sociologia do Turismo**. Atlas. São Paulo: 2003.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Disponível em: <<[http:// www.ibge.org.br](http://www.ibge.org.br)>>. Acessado em 16 de nov de 2007.
- INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO ECÔNOMICO DO RIO GRANDE DO NORTE – IDEMA. **Perfil do seu município**. IDEMA/RN, 2005.
- INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA/COOPERATIVA DE TRABALHO MULTIDICPLINAR POTIGUAR – INCRA/TECHNE. **Plano de desenvolvimento sustentável do assentamento Timbó**. Natal/RN, 2006.
- KINKER, Sônia. **Ecoturismo e conservação da natureza em parques nacionais**. 2. ed. Campinas, São Paulo: Papirus, 2005. (Coleção turismo).
- NIEHUES, Valdete Daufemback. **Turismo no espaço rural: enfoques e perspectivas**. São Paulo: Roca, 2006.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. **Lo que todo gestor turístico debe saber: guia práctica para El desarrollo y uso de indicadores de tursimo sostenible**. Madri: OMT, 1996.
- MATTEI, Lauro. Agricultura familiar e turismo rural: evidências empíricas e perspectivas. PORTUGUES, Anderson Pereira et al (Orgs). **Turismo no espaço rural: enfoques e perspectivas**. São Paulo: Roca, 2006. p.135-144

- RUSHMANN, Doris. **Turismo no Brasil**: uma análise de tendências. Barueri: Manoele, 2002
- SACHS, Ignacy. **Estratégias de transição para o século XXI**: desenvolvimento e meio ambiente. São Paulo: Studio Nobel: Fundação do desenvolvimento administrativo, 1993.
- SILVA, José Graziano da. Do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: *A nova dinâmica da agricultura brasileira*. Campinas: UNICAMP, 1998.
- WALL, G. (1997). *Is ecotourism sustainable?* Environmental Management, n.4, v.21, p. 483-491.
- ZIMMERMAN, Adonis. Planejamento e organização do turismo rural no Brasil. In: ALMEIDA, Joaquim, Anécio; FROEHLICH, José Maços; RIEDL, Mário (Orgs). **Turismo rural e desenvolvimento sustentável**. 4. ed. Campinas/SP: Papirus, 2004. (coleção turismo). p. 127-142.